

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2003.**  
**(Do Senhor NELSON BORNIER)**

Solicita informações ao Senhor Ministro da Educação sobre aquisição de materiais e contratação de serviços com dispensa de processo licitatório, conforme denúncia publicada no Jornal O Globo, no período compreendido do ano de 2001 até esta data.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Educação Pedido de Informação, para que aquela autoridade preste esclarecimentos, sobre processos de concorrência para aquisição de materiais e prestação de serviços sem licitação pública, conforme denúncia na publicação do Jornal O Globo em 23 de fevereiro, caderno O País, página 15, nos seguintes termos:

1 – Que critérios adotou o Ministério da Educação para habilitação das empresas fornecedoras dos materiais adquiridos e das empresas prestadoras de serviços contratadas pelo Ministério no período compreendido do ano de 2001 até esta data?

2 – Teve o Ministério da Educação o cuidado de selecionar as empresas participantes da licitação enquadrando-as na legislação que disciplina o assunto? (nos casos em que houve processo licitatório)

Solicito ainda a remessa ao meu gabinete, de relatório constando das especificações dos materiais e dos serviços prestados ao Ministério da Educação, dos valores correspondentes e ainda, a remessa das cópias de todos os contratos e notas fiscais decorrentes de processos licitatórios ou com as dispensas, onde foi o caso, de 2001 até esta data.

## **JUSTIFICAÇÃO**

No momento em que o governo do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva tenta combater procedimentos pouco recomendáveis no que se relaciona com a probidade administrativa, com acusações de toda ordem e das mais variadas procedências, não é justo que o Senhor Ministro da Educação deixe passar em branco a questão da aquisição de materiais e contratação de serviços sem processo licitatório, conforme matéria jornalística publicada em 23 de fevereiro do corrente, no Jornal O Globo. Já não basta a malversação dos fundos públicos através de administrações municipais denunciada diariamente através da imprensa. É preciso agir, com a urgência que o caso está a exigir, pois não se concebe que, no apagar das luzes, alguém queira se aproveitar para **inventariar** o pouco que ainda resta das verbas públicas. Daí as razões do presente Requerimento de Informação que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das sessões, 13 de março de 2003.

**NELSON BORNIER**  
Deputado Federal – PSB/RJ